

**Escola de Ciências Sociais e Humanas**

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

A lágrima emocional num contexto de transgressão moral: Qual o seu impacto no perdão e comportamentos disciplinares perante a criança transgressora?

# Selma Dinamene Pinheiro de Jesus Tavares

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Psicologia Social e das Organizações

Orientadora:

Professora Doutora Patrícia Arriaga,
ISCTE-IUL

Outubro, 2016

**Agradecimentos**

Para a conclusão da minha vida académica, foi fundamental o apoio e contributo de várias pessoas, quer de forma direta ou indireta, no qual não posso deixar de agradecer.

Em primeiro lugar agradeço à minha orientadora, Professora Doutora Patrícia Arriaga, pela sua dedicação, apoio, disponibilidade, colaboração, motivação, incentivo; bem como por todas as suas contribuições e por todo o conhecimento que me transmitiu ao longo deste ano letivo, que levou à finalização da presente investigação.

À minha querida família, pelo interesse e força que demonstraram durante este meu percurso. Aos meus pais, e em especial à minha mãe Maria Helena pelo amor incondicional, pelo orgulho e pelo esforço para me proporcionar esta oportunidade.

Ao meu namorado Miguel Martins, por toda a dedicação, paciência, compreensão e motivação. À minha sogra Lucília Martins e cunhada Maria Jesus, que sempre me apoiaram e incentivaram ao longo deste período.

Aos meus colegas de Licenciatura de Psicologia, bem como aos colegas de Mestrado em Psicologia Social e das Organizações, agradeço pelo apoio, momentos de inspiração e acolhimento que me proporcionaram ao longo do meu percurso académico; e em especial à minha amiga e colega Mariana Carvalho pelo companheirismo, força e partilha de conhecimento.

**Resumo**

Estudos recentes têm evidenciado a importância da lágrima emocional no relacionamento interpessoal. Perante uma transgressão moral praticada por uma criança, pretende-se analisar o impacto da lágrima emocional na estimativa de perdão e comportamentos disciplinares, junto de adultos do sexo feminino. Os participantes (*N*= 243 mulheres; 18-40 anos de idade) foram distribuídos aleatoriamente para uma de oito condições das características da criança transgressora, manipuladas através do uso de fotografias, num desenho 2 (lágrima: presente, ausente) X 2 (emoção: triste, neutra) X 2 (sexo: masculino, feminino), sendo questionados sobre a probabilidade de perdoar e o uso de diferentes práticas disciplinares. Os resultados relativos ao perdão revelam que há maior tendência a perdoar o sexo feminino com face triste e com a presença da lágrima. Relativamente à propensão para aplicar comportamentos disciplinares, verificou-se que quanto às práticas de sobrerreatividade e de retirada de afeto houve maior destaque perante faces neutras com a presença da lágrima; no que se refere às tendências aos comportamentos de laxismo foi reportada maior tendência perante o sexo masculino, com faces tristes com lágrima; já nas práticas indutivas foi revelada maior predisposição face a rostos do sexo feminino, tristes sem a presença da lágrima. Em suma, verifica-se que são referidos mais comportamentos disciplinares de laxismo perante rapazes e mais comportamentos indutivos face às raparigas, ou seja, existe maior necessidade de explicar e integrar as causas e consequências do ato transgressivo ao sexo feminino.

**Palavras-chave:** Lágrima; Perdão; Comportamentos disciplinares; Criança; Transgressão moral.

**Abstract**

Recent researches have showed the importance of emocional tear on interpersonal relationship. The aim of this study is to analyze the impact of emocional tear on the forgiveness estimative and disciplinary behaviors through moral transgression practiced by a child. The participants (N= 253 females, between 18 and 40 years old) were randomly distributed in one of the eight conditions of the child transgressive characteristics, manipulated through photographs 2 (tear: with, without) X 2 (emotion: sad, neutral) X 2 (gender: male, female). The participants were asked about the possibility to forgive and the use of diferent disciplinary practices. The results that refer to the forgiveness reveal that have more tendency to forgive female child with sad face and with a presence of the tear. Regarding to the propensity to apply disciplinary behaviors, it was verified that in what concerns to the reactivity and removal of affection it have more enphasis on neutral faces with a tear. In respect to the tendency to slackness behaviors it was identified the tendency to male child with sad faces and tear. Moreover, the inductive practices showed greater predisposition to female child with sad faces without tear. In sum, it was verified that the slackness disciplinary behaviors were more observed in male child and inductive behaviors were more observed in female child. These results reveal that have more necessity to explain and integrate the causes and consequences of a transgressive act to female child.

Key-words: Tear; Forgiveness; Disciplinary behaviors; Child; Moral transgression.

**INTRODUÇÃO**

O presente estudo objetiva a compreensão do impacto da lágrima emocional na estimativa de perdão e nas respostas disciplinares, junto de adultos do sexo feminino, face a uma transgressão moral cometida por uma criança.

A lágrima emocional é considerada um elemento exclusivo do ser humano que pode trazer significado emocional à expressão facial humana. As lágrimas desenvolvem-se após alguns meses de vida e adquirem diversas funções intrapessoais e interpessoais. A literatura tem referenciado o seu papel na recuperação da homeostase, trazendo equilíbrio psicológico e fisiológico (quando se está angustiado), conduzindo a respostas protetoras que podem facilitar a ligação social e reduzir a agressão interpessoal (Walter, 2006; Hendriks & Vingerhoets, 2006; Hasson, 2009).

A literatura destaca três tipos de transgressões: as morais, as convencionais e as pessoais. As transgressões morais estão associadas a atos de crueldade, desonestidade, hostilidade e ganância (Irwin, Skowronski, Crouch, Milner & Zengel, 2014). As transgressões convencionais baseiam-se na inadequação de normas sociais; e as pessoais focam-se na desobediência (Turiel, 1983, 1996; Irwin et al., 2014). No presente estudo, iremos centrar-nos nas transgressões morais uma vez que têm consequências na integridade, no bem-estar e direitos de outrem (Turiel, 1983, 1996). Por este motivo é importante abordar o perdão, uma vez que este pode ou não ocorrer após o ato transgressivo. Assim, o perdão define-se como um conjunto de alterações nas próprias motivações, não sendo assim um estado, mas sim um processo de mudança, que, em geral, acarreta alterações emocionais que se podem traduzir em mudanças de comportamento (McCullough, Bono & Root, 2007). A predisposição para o perdão está ligada à disposição para perdoar transgressões. Roberts (1995) sugeriu o termo *forgivingness* para designar a tendência para perdoar transgressões estáveis no tempo. Este termo encontra-se associado a benefícios sociais, bem como à saúde física e psicológica (Berry, Worthington, Les Parrot, O’Connor & Wade, 2000).

Independentemente da tendência a perdoar, podem surgir comportamentos disciplinares associados a uma conduta de transgressão moral. Neste sentido, os comportamentos disciplinares surgem por forma a direcionar o comportamento da criança, para a aquisição de princípios morais e normas sociais; no sentido de estas cumprirem o seu papel de forma adequada na sociedade (Grusec & Lytton, 1988). Existem assim diversos tipos de comportamentos disciplinares: os indutivos, o laxismo, a sobrerreatividade e a retirada de suporte e envolvimento. Pese embora o facto de possuírem características distintas, Hoffman (2000) refere a existência de aspetos positivos na aplicação conjunta destas estratégias; na medida em que o efeito de uma depende do efeito da outra (Caron, Weiss, Harris & Catron, 2006). O primeiro, indutivo, assenta na interiorização das normas, sendo determinante para o comportamento pró-social da criança, na medida em que tende a promover a autonomia e a capacidade de regulação comportamental, tendo eficácia a médio prazo (Hoffman, 2000; Zahn-Waxler, Radke-Yarrow & King, 1979; Baumrind, Larzelere & Owens, 2010). O segundo, laxismo, centra-se na falha ou desistência do estabelecimento de regras, bem como na atribuição de consequências positivas aos comportamentos desajustados da criança; ao que a sobrerreatividade foca-se na exteriorização de comportamentos de raiva e irritabilidade perante o comportamento da criança (Arnold, O’Leary, Wolff & Acker, 1993). Quanto à retirada de suporte e envolvimento, estes levam a criança a cumprir as exigências impostas, com o intuito de evitar consequências negativas tendo por base, por exemplo, a rejeição. Contudo, estas mostram-se eficazes apenas a curto-prazo (Hoffman, 1975; Sidman, 1989/1995).

A importância do presente estudo centra-se na inovação; devido à escassez de investigação nesta temática, particularmente sobre os efeitos da lágrima no comportamento social, não tendo sido encontrado nenhum estudo que analise especificamente o seu efeito no perdão e em comportamentos disciplinares.

1. **ENQUADRAMENTO TEÓRICO**
	1. **A importância da lágrima**
		1. **Definição e funções**

Existem três tipos de lágrimas: as lágrimas basais, reflexivas e emocionais. As primeiras segregam-se e espalham-se pelos olhos, humedecendo-os quando estes estão secos; as segundas são produzidas através de estímulos externos, sendo causadas pela inflamação ocular (e.g. ao cortar cebola). Enquanto as lágrimas basais são vitais para a saúde ocular, as reflexivas são eliminadas pelas basais, tendo ambas uma semelhança química. Relativamente à lágrima emocional, esta pode ter valência negativa ou positiva, visto que depende da emoção subjacente e fornece pistas acerca do seu significado (Prabha, 2014; Walter, 2006). Contudo, considera-se que apenas os seres humanos têm a capacidade de derramar lágrimas emocionais, quer sejam de alegria ou tristeza, trazendo assim significado à expressão facial humana (Walter, 2006).

Segundo Williams Frey (n.d., citado em Walter, 2006), as mulheres tendem a chorar mais que os homens; o que pode ser justificado devido a níveis mais elevados de prolactina (hormona responsável pela produção de lágrimas) no corpo das mulheres, especialmente após a puberdade, pois o choro é a forma do corpo libertar a química presente, quando se experienciam sentimentos/emoções fortes. No entanto, é ainda difícil comprovar que é devido à libertação de hormonas que ocorre a sensação de alivio, subjacente ao ato de chorar.

O choro desenvolve-se logo após o nascimento. À medida que crescemos este adquire diferentes funções. Quando nascemos, o choro é utilizado por forma a chamar a atenção dos pais para necessidades básicas de sobrevivência, como é o caso da fome, da dor, do desconforto, pois é uma das principais formas de um bebé expressar as suas necessidades e garantir a sua sobrevivência. À medida que vamos crescendo, a lágrima manifesta-se tendo por base aspetos mais complexos, visto que as emoções também se tornam mais amplas e definidas. Na primeira infância, a lágrima pode ainda ser utilizada como forma de manipulação, para atingir um objetivo pessoal, como por exemplo, apelar a atenção dos pais (Walter, 2006). Nos adultos, a lágrima emocional surge como sinal de socorro e apego, uma vez que provocam respostas de assistência. O apelo à necessidade de suporte social é uma das grandes funções da lágrima, o que facilita a libertação de toxinas prejudiciais e, segundo Hasson (2009), sinaliza intenções pacíficas e de apaziguamento. Contudo, estas não têm o mesmo significado quando expressas em faces de crianças (Zeifman & Brown, 2011).

As crianças nem sempre derramam lágrimas ao chorar e, por vezes, para fazê-lo, procuram privacidade. Nesse sentido, é mais fácil falsear o choro através de vocalizações e expressões faciais do que com lágrimas, o que pode justificar o impacto da lágrima na intensificação da deteção da emoção aleada à expressão facial (Zeifman & Brown, 2011).

Relativamente ao valor atribuído à lágrima, este mostrou estar associado à idade, ou seja, quanto maior a idade das pessoas, maior o impacto da lágrima nos julgamentos de sinceridade. No entanto, apesar de a lágrima apaziguar respostas de raiva, esta é menos evidente em imagens de crianças, pois transmitem um choro mais incomodativo quer derramem ou não lágrimas (Zeifman & Brown, 2011).

Dentro das diversas funções que a lágrima emocional assume, destaca-se a confiança social e a necessidade de apego, que se traduzem numa maior coesão e união face ao outro, quando as lágrimas são produzidas em simultâneo por todos os indivíduos do grupo. Contudo, é notável a sua função de sinalização, e podem trazer-nos informação de submissão, necessidades ou vínculos sociais, por parte do sujeito, dependendo do contexto social (Hasson, 2009).

Gracanin (2015) sugere que as lágrimas sustentam duas grandes funções, as interpessoais, que têm o foco em quem observa; e as intraindividuais, que se baseiam nos efeitos sobre a própria pessoa. Tal como já foi referido, a lágrima pode acrescentar significado à expressão facial e, nesse sentido, pode exercer influência no comportamento do observador. Essa influência pode desencadear comportamentos pro-sociais e estimular a capacidade empática (Gracanin, 2015). Nesta perspetiva, foi realizado um estudo por Gracanin, Boeren e Vingerhoets (2015), onde procuraram analisar o impacto da lágrima na atribuição de traços de personalidade e punição, perante a face de um transgressor, através da apresentação de quatro cenários transgressivos (e.g. tráfico de droga, assassinatos, condução sobre efeitos de álcool). Após a leitura do cenário era apresentada a imagem que poderia ser do sexo feminino ou masculino, com ou sem a presença da lágrima; ao que os resultados evidenciaram que a lágrima denota influência na bondade, confiança e na classificação de remorsos, nos quatro cenários. Conclui-se assim que a presença da lágrima num rosto de um transgressor exerce um grande impacto ao nível da perceção, contudo isso não implica que a decisão da punição aplicada seja afetada.

Em suma, a lágrima pode servir como meio de ligação social e, assim, contribuir para o desenvolvimento social do sujeito (Balsters, Krahmer, Swerts & Vingerhoets, 2013).

* + 1. **Lágrima e emoções**

O estado emocional do ser humano é consistente com uma vasta gama de comportamentos não-verbais, quer através de gestos, da postura corporal, bem como de expressões faciais. Esses comportamentos, sendo intencionais ou não, sugerem-nos informações acerca da pessoa (Gratch & Marsella, 2001).

A lágrima emocional, um dos tipos de comportamento não-verbal, pode refletir diversos estados internos, desde o desespero à impotência, como a emoções como a raiva, a tristeza, a frustração, a dor, a felicidade e a empatia (Provine, Krosnowski & Brocato, 2009).

De acordo com um estudo de Cornélio et al. (2000, citado em Walter, 2006), no qual foram apresentadas imagens com e sem a presença da lágrima, verificou-se que os participantes relataram que as imagens com a presença da lágrima revelaram emoções mais intensas, nomeadamente na tristeza, ao invés das imagens com a ausência da lágrima. A lágrima parece ser assim um elemento de comunicação emocional que pode transmitir um estado de vulnerabilidade.

O estudo de Provine, Krosnowski & Brocato (2009), também realizado com imagens faciais, tanto de adultos como de adolescentes (com e sem a presença da lágrima e de ambos os sexos), evidenciou que as imagens nas quais a lágrima estava presente foram classificadas como mais tristes do que as imagens sem lágrima; o que vem reforçar o estudo de Cornélius et al. (2000, citado em Walter, 2006). No entanto, não se verificaram efeitos do sexo ou da idade. Neste estudo, salienta-se ainda a escassez de investigações no âmbito da perceção da expressão facial, com o efeito da lágrima.

Zeifman e Brown (2011), num estudo com o objetivo de determinar o efeito da lágrima na perceção da tristeza, sinceridade e raiva; com base em imagens de rostos femininos e masculinos (com e sem lágrima) afirma que a mesma provoca mais simpatia, por parte de outrem, se for expressa no rosto de um adulto do que de uma criança ou de um bebé, quando esta transmite tristeza. Em contrapartida, não foram verificadas diferenças na faixa etária, no que se refere ao facto da lágrima aumentar a perceção de tristeza. Este estudo evidencia assim que a lágrima transmite tristeza e sinceridade, suscitando ainda simpatia nos observadores.

Não obstante, Tamietto e De Gelder (2010) defendem a ideia de contágio emocional, no sentido em que a observação de determinados estados emocionais provocam respostas comportamentais e neurofisiológicas, induzindo assim alterações no seu próprio estado, mesmo de forma inconsciente.

Segundo o estudo de Balsters et al. (2013), a presença da lágrima num rosto triste acelera o processo de reconhecimento da emoção, verificando-se também uma maior perceção de necessidade de apoio, em comparação com faces neutras.

* + 1. **Lágrima, saúde e bem-estar**

Existe uma relação entre a lágrima, o bem-estar e a saúde, uma vez que a mesma pode facilitar a recuperação emocional ao trazer alívio. Por contraste, a inibição da lágrima pode ter consequências no aumento do risco de problemas de saúde, quer na saúde mental (e.g. depressão; perturbações neurológicas como acidente vascular cerebral; esclerose múltipla); quer a nível físico, envolvendo dores de cabeça, úlceras, hipertensão e insónias (Vingerhoets & Bylsma, 2007).

Solter (1995, citado em Vingerhoets & Bylsma, 2007) considera que o choro é um mecanismo de restabelecimento inato. Mills e Wooster (1987, citado em Vingerhoets & Bylsma, 2007) acrescentam que este é fulcral no processo de crescimento, não devendo assim ser inibido. Rees (1972, citado em Vingerhoets & Bylsma, 2007) associa o aumento da mortalidade à repressão da expressão de tristeza (incluindo a inibição lacrimal), baseando-se numa amostra masculina após um processo de luto. Sendo que o choro é parte do nosso sistema imunológico emocional, este pode ser considerado um comportamento de *coping*, visto que mantém o foco tanto no problema como nas emoções, tal como pode ser visto no quadro 1.1 (Vingerhoets & Bylsma, 2007).

Quadro 1.1. *Choro como comportamento de coping (adaptado de Vingerhoets & Bylsma, 2007)*

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Hipotéticas funções do choro | Funções de *coping* | Controlo da situação |
| * Redução da tensão
* Facilitação da recuperação (fisiológica)
* Sinaliza a procura de ajuda: indução de apoio social
* Redução da agressão
* Manipulação
 | **Foco nas emoções****Foco nos problemas** | **Baixo****Alto** |

Bylsma, Vingerhoets e Rottenberg (2008), num estudo em que os participantes foram levados a relembrar o seu episódio de choro mais recente, referiu que o ato de chorar contribuiu para o aumento do bem-estar psicológico, tendo impacto na recuperação emocional. Segundo Cornelius (1997), o choro induzido por um vídeo (fictício) não desencadeia nem estimula respostas reconfortantes por parte dos outros, como sucede na interação entre duas ou mais pessoas; ao que se conclui que não é o simples ato de chorar que induz essa recuperação e alívio emocional, mas sim as reações positivas e reconfortantes (por parte dos observadores) subjacentes a esse ato. Em suma, os efeitos reconfortantes que advêm do choro são determinados pelas reações do ambiente e contexto social. Contudo, apesar de a relação entre o choro e o alívio emocional ser indireta, encontra-se uma associação direta entre o choro e o equilíbrio homeostático, baseado na redução da produção de cortisol, visto que o choro é equivalente a respostas de alarme (Vingerhoets & Bylsma, 2007).

Outros estudos mostram ainda que há um aumento da frequência cardíaca, associando assim o choro à excitação física e à atividade do Sistema Nervoso Simpático (SNS). Porém, há também evidências da ligação do mesmo à atividade do sistema nervoso parassimpático (SNP), tendo em conta os seus efeitos na recuperação e relaxamento. O choro parece assim ativar ambos os sistemas do Sistema Nervoso Autónomo (SNA), contudo, os estudos são ainda inconclusivos (Vingerhoets & Bylsma, 2007).

Relativamente aos efeitos benéficos do choro na saúde, estes apenas se encontram no caso de a pessoa estar exposta a eventos emocionalmente stressantes. O mesmo não ocorre sem que exista um confronto emocional subjacente (Coehen & Wills, 1985). Crepeau (1981, citado em Vingerhoets & Bylsma, 2007) concluiu que as pessoas saudáveis mais propensas a chorar têm uma atitude mais positiva em relação à lágrima do que pessoas com problemas de saúde.

* 1. **Transgressão**
		1. **Desenvolvimento moral e transgressões**

Para que se possa definir transgressão é fundamental abordar o significado de desenvolvimento moral na criança tendo por base as perspetivas de Piaget, de Kohlberg mas também de Albert Bandura.

Segundo Piaget (1994), a moral é um conjunto de regras cujo princípio centra-se no respeito que um determinado sujeito assimila por essas mesmas regras. Neste sentido, Piaget refere que os jogos coletivos baseados em regras e a educação, proporcionada maioritariamente pelos adultos, são um meio para adquirir as regras morais. Desta forma, considera que a moralidade não é um valor inerente ao ser humano, tendo por isso que ser transmitida pelos demais. Na obra *“The Moral Judgment of the Child”*, Piaget inicia a sua investigação sobre o desenvolvimento da moralidade, com recurso aos jogos infantis, analisando e observando as práticas comportamentais durante a atividade. Segundo o mesmo autor, o desenvolvimento moral concretiza-se tendo por base três etapas designadas como anomia, heteronomia e autonomia. A primeira etapa ocorre desde a nascença até aos seis anos de vida. Nesta fase a criança dedica-se à brincadeira, não seguindo nem assimilando regras coletivas, passando assim por um período pré-moral. Progressivamente e tendo por base o contacto social, a criança conforme vai crescendo, começa a aperceber-se das regras e normas constituintes da sociedade, através dos jogos e brincadeiras com crianças mais crescidas, entrando assim na segunda etapa. Nesta fase a moralidade é determinada a partir do exterior, isto é, é imposta pelas figuras parentais. Baseia-se na aceitação da regra, porém, a criança não a compreende como necessária. Por fim a última etapa – Autonomia -, é representada por princípios de igualdade e de justiça com caracter espontâneo e intrínseco. Nesta fase a criança é autónoma na medida em que leva em consideração o eu e o outro, respeitando as regras com base na compreensão, sem que a mesma seja imposta a partir do exterior (Piaget, 1994).

O desenvolvimento moral segundo Kohlberg (1976) está organizado com base em três níveis denominados da seguinte forma: moralidade pré-convencional; convencional e pós-convencional. A criança que se encontra no primeiro nível (pré-convencional) é sensível às regras culturais tendo como referência as ações externas de quem exerce poder sobre elas. Neste sentido, o primeiro nível é dividido em dois estágios. O primeiro designa-se por orientação para a obediência e castigo – é neste estágio que a criança ajuíza o seu comportamento como certo ou errado, baseando-se na resposta que obtém por parte da figura parental, isto é, a conduta praticada é julgada como certa ou errada se motivar um castigo ou não. O segundo estágio – orientação para o interesse – baseia-se essencialmente na obtenção de recompensa. Uma determinada ação é certa ou errada conforme a recompensa que a mesma possa gerar. É uma visão instrumental, uma vez que a criança pensa primeiramente na sua satisfação. O segundo nível – convencional - baseia-se nas expectativas sociais relativamente aos grupos de pares, família ou nação. Perceciona-se como membro da sociedade, transpondo o lado individualista adquirido no nível anterior. Divide-se em dois estádios – orientação para a conformidade interpessoal – onde obtém aprovação através da ajuda prestada, isto é, o comportamento vai ao encontro das expetativas e normas da sociedade. Neste sentido, a pessoa tem a capacidade de se colocar no lugar do outro. No segundo estágio – orientação para a manutenção da ordem social – o individuo demonstra respeito pela autoridade levando em consideração a manutenção da ordem social. O comportamento correto baseia-se em fazer o seu dever. Por fim, encontramos o último nível denominado por moralidade pós-convencional: para os sujeitos que se encontram neste patamar, as regras e leis devem obedecer aos direitos humanos básicos como liberdade e a justiça. À semelhança dos níveis anteriores, também este se divide em dois estágios. O primeiro – orientação para o contrato social – o comportamento correto depende do relativismo acerca das opiniões e valores pessoais. Neste sentido, o sujeito apoia-se numa perspetiva moral com o intuito de tomar decisões isentas. O segundo – orientação para princípios universais - o comportamento correto depende dos princípios éticos e morais não concretos que determinam o código moral e pessoal. São regidos por princípios universais de justiça e igualdade dos direitos humanos (Kohlberg, 1971; Kohlberg & Hersh, 1977; Kohlberg, 1976).

A perspetiva de Bandura, apoiada na teoria da aprendizagem social, afirma que as crianças aprendem e adotam determinadas condutas, tendo por base a observação e a imitação dos comportamentos protagonizados por figuras de referência. Num dos seus estudos clássicos, realizado em 1961 (Bandura, Ross & Ross, 1961), 72 crianças (36 do sexo masculino) entre os três e os cinco anos de idade, foram distribuídas por duas condições: 24 foram expostas a um modelo agressivo (que batia num boneco); e outras 24 crianças expostas a um modelo não agressivo. Ambos os grupos foram divididos com base no sexo, em que metade dos participantes foram expostos a modelos do mesmo sexo e a outra metade expostos a modelos de sexo oposto. As restantes 24 crianças constituíram o grupo de controlo. Os principais resultados demonstraram que as crianças expostas a modelos agressivos têm maior tendência para a agressividade quando comparadas com as restantes crianças. Salienta ainda que a aprendizagem é feita através da modelagem havendo uma tendência para que a criança adote a conduta do modelo do mesmo sexo. Contudo, é necessária a existência de terminadas condições para que seja possível a aprendizagem por observação, nomeadamente no que se refere ao nível de atenção, retenção (codificação), reprodução motora e motivação. Nesta perspetiva, os modelos acima mencionados são relevantes na medida em que é a partir destes que se dá a conhecer o processo de desenvolvimento moral pelo qual as crianças atravessam. Deste modo, ficamos esclarecidos quanto à razão que pode levar uma criança a cometer uma determinada conduta, bem como à importância e significado que a mesma atribui à regra.

Relativamente às transgressões morais, Turiel (1983/1996) propôs a distinção entre moralidade e as convenções sociais, sugerindo uma diferença na análise, avaliação e diferenciação das transgressões morais e convencionais entre as crianças e os adultos. Neste sentido, o autor define as transgressões morais como situações que têm consequências na integridade, no bem-estar e nos direitos de outrem, como é o caso do roubo ou de bater em alguém. Segundo Irwin et al. (2014) as transgressões morais estão associados a atos de crueldade, desonestidade, hostilidade ou ganância; enquanto as convencionais estão relacionadas a situações nas quais a infração se opõe às regras pré-estabelecidas pelo grupo social (e.g. forma de vestir). O autor acrescenta que as transgressões convencionais são subjetivas, isto é, dependem do contexto social e da sua validação, contrastando com as morais, por estas serem pouco sensíveis a mudanças de cariz pessoal, uma vez que as mesmas são reguladas por fatores inerentes às relações socias. A distinção entre moral e convencional inicia-se na idade pré-escolar, podendo ou não consolidar-se na adolescência e na vida adulta. Evidência ainda que a seriedade e a modificabilidade são dois fatores nos quais as crianças, quando confrontadas com conflitos morais ou convencionais, têm em consideração. Neste sentido, a literatura indica que as transgressões morais têm maior gravidade do que as convencionais, quando avaliadas por crianças, adolescentes e adultos (Turiel, 1983/1996). Irwin et al. (2014) mencionam ainda o conceito de transgressão pessoal, que foca aspetos de desobediência e que afetam apenas o próprio sujeito, como é o caso de vestir roupa suja ou rasgada.

* + 1. **Emoções e transgressões**

As emoções estão presentes em todos os seres humanos, independentemente do sexo, idade, cultura, nível de instrução ou estatuto económico (Damásio, 2000).

Kleinginna e Kleinginna (1981) definem emoções como um conjunto complexo de fatores objetivos e subjetivos, que interagem entre si e que são regulados por sistemas hormonais e neuronais. Desta forma, podem provocar experiências afetivas de prazer e desprazer e originar (mas nem sempre) comportamentos adaptativos, com base na ativação generalizada de ajustes fisiológicos (Kleinginna & Kleinginna, 1981). Não obstante, Damásio (2003) define ainda emoções como: *“…ações ou movimentos, muitos deles públicos, que ocorrem no rosto, na voz ou em comportamentos específicos”* (Damásio, 2003, pp.43 e 44) e podem ser distinguidas dos sentimentos, uma vez que as emoções são percecionadas no corpo e os sentimentos desenrolam-se na mente, estando ocultos do descortino do público. Neste contexto, o autor refere que as emoções antecedem os sentimentos e ambos integram os mecanismos básicos da regulação da vida. Neste sentido, têm como função a homeostasia, isto é, proporcionar ao sujeito um equilíbrio químico adequado (Damásio, 2003).

Braconnier (1996)refere que as emoções contribuem para a promoção dos laços afetivos e sociais, no entanto salienta a existência de diferenças entre sexos na forma como as mesmas são expressas. Esta diferença é verificável desde crianças. Contudo, salienta que não existem emoções exclusivas de um determinado sexo. Desta forma, as mulheres apresentam não só mais facilidade na comunicação das suas emoções, mas também são mais astutas na descodificação das emoções de quem as rodeia. Por sua vez, os homens verbalizam menos as emoções exprimindo-as por meio de ações. Mais recentemente, Pinker (2011) salienta que o sexo feminino tem maior tendência para interiorizar as emoções negativas, ao passo que o sexo masculino as exterioriza, mais frequentemente por meio da agressividade.

De forma geral, Damásio (2003) classifica as emoções com base em três grupos: emoções de fundo, emoções primárias e emoções sociais. As emoções de fundo estão ligadas ao entusiasmo e à energia. Podem-se manifestar através de pequenas alterações físicas relativas ao movimento (precisão, frequência e amplitude) bem como expressões faciais e musicalidade da voz. As emoções primárias englobam o medo, a zanga, o nojo, a surpresa, tristeza e felicidade. São, por norma, emoções de fácil identificação em seres humanos independentemente da cultura. As emoções sociais abarcam diversas emoções nomeadamente a simpatia, compaixão, embaraço, vergonha, culpa, orgulho, ciúme, inveja, gratidão, admiração, desprezo e indignação. Este tipo de emoções baseia-se no princípio de encaixamento e incorporação, isto é, utiliza reações regulatórias e componentes das emoções primárias para produzir combinações de emoções sociais (Damásio, 2003).

Centrar-nos-emos na tristeza – categorizada como emoção negativa - que apresenta características ímpares no que concerne à sua identificação, nomeadamente no que diz respeito à voz e fisionomia. Neste sentido, a voz torna-se mais suave e baixa, e os cantos internos das sobrancelhas estão inclinadas para cima. Freitas-Magalhães (2011, pp. 75-76) refere ainda que “as sobrancelhas descaem e ficam mais juntas; as pálpebras superiores também descaem e as pálpebras inferiores contraem-se fazendo um movimento para baixo e na horizontal; as narinas contraem-se fazendo um movimento descendente; a raiz do nariz encorrilha muito para baixo; nas bochechas não se verifica qualquer movimento; a boca fica fechada, mas contraída; o queixo fica tenso e pode até franzir” A pessoa apresenta-se inativa e retraída. Contudo, é importante salientar que a expressão da emoção traduzida pelos sinais acima mencionados, não revelam a causa da mesma (Ekman, 2003).

A tristeza pode ser evocada tendo por base a perda de algo importante para a pessoa, como é o caso da perda de um ente querido, perda de autoestima devido a insucesso laboral, rejeição por parte de outrem, etc. A tristeza pode desencadear no outro a necessidade de auxílio e apoio, uma vez que a mesma transmite ao outro o sofrimento por ela sentido. Não obstante, existe maior relutância em consolar um adulto do que uma criança, independentemente da intensidade da tristeza. Ao confortar, a pessoa experiencia em si sentimentos positivos por desencadear no outro a diminuição da infelicidade (Ekman, 2003).

Segundo Regard (2007), a tristeza é das emoções mais duradoras, podendo atingir níveis de maior ou menor intensidade. Permite ainda que o sujeito adquira novas aprendizagens quando confrontado com experiencias negativas, possibilitando assim novas estratégias para responder a situações idênticas (Freitas-Magalhães, 2007).

As emoções inerentes aos mecanismos de controlo sobre as transgressões são intituladas emoções morais. Dividem-se em dois tipos: aversivas (medo, culpa, vergonha e nojo), tendo como principal função a regulação da moralidade; e não aversivas (simpatia e empatia), associadas a comportamentos pro-sociais. Estas emoções são consideradas morais, no sentido em que auxiliam o indivíduo na antecipação das consequências de situações sociomorais, e podem regular as suas condutas em conformidade com os efeitos causados por essas mesmas consequências (Eisenberg, 2000; Haidt, 2003; Turiel & Killen, 2010; Hoffman, 1983; Malti, Gasser & Gutzwillwer-Helfenfinger, 2010).

Segundo Arsénio (1988) as emoções expressas por determinada pessoa face a um comportamento, são utilizadas pela criança para depreender o tipo de transgressão cometido, ou seja, através das consequências afetivas do ato, as crianças deduzem se a transgressão cometida foi moral, convencional ou pessoal. A partir dos 6 anos, quando se inicia a segunda infância, as crianças percecionam as transgressões morais como emocionalmente negativas. O mesmo não acontece nas transgressões de normas sociais, uma vez que as mesmas são percecionadas pelas crianças como emocionalmente neutras.

Contudo, é importante abordar o perdão num contexto de transgressão moral, uma vez que este pode ou não ocorrer após esse ato.

* 1. **Perdão**

**1.3.1. Conceito de perdão**

A psicologia contribuiu para uma nova visão e perspetiva do perdão, sendo este estudado a nível individual e em grupo (Worthington, Ripley, Davis & Wood, 2010; American Psychological Association, 2006).

Perdoar pressupõe a compreensão do outro. Contudo, não se deve confundir compreensão com perdão, pois compreensão envolve um diálogo que leva à aproximação com o outro e, por isso, a compreensão surge como o primeiro passo para o perdão (Enright, 2008). Enright (2008), investigador pioneiro no estudo científico do perdão, define-o como um processo que inicialmente envolve dor e reconhecimento da injustiça da transgressão e do direito que temos ao respeito de outrem. Nesse sentido, o perdão consiste em abdicar da raiva e do ressentimento. Portanto, perdoar é um ato de misericórdia, sendo uma dádiva para o transgressor. Enright e The Human Development Study Group (1996) explicam o perdão com base na ausência de emoções negativas e julgamentos face ao transgressor. Por norma, o individuo tem a tendência de responder à transgressão com comportamentos negativos, como é o caso da fuga e da vingança, sentindo emoções de angústia, medo, vergonha, desilusão e tristeza. No entanto, estes comportamentos podem originar consequências negativas quer para o próprio individuo, quer para as suas relações interpessoais (McCullough, Fincham & Tsang, 2003; McCullough, 2001). O facto de não perdoar alguém pode acarretar sentimentos de raiva, ressentimento, ódio, vingança, o que pode conduzir à agressividade (Barros, 2004). Perdoar, pressupõe então uma aceitação das limitações do transgressor e um evitamento de comportamentos de vingança, o que visa uma redução ou anulação das emoções negativas, subjacentes ao ato de não perdoar, que por sua vez podem ser neutralizadas ou mesmo substituídas por emoções positivas, sendo considerado um processo adaptativo positivo (Peterson & Seligman, 2004; McCullough, Fincham & Tsang, 2003; Worthinghton & Wade, 1999). O perdão pode ainda ser definido como um conjunto de motivações prós-sociais, no sentido em que se evita a vingança e o confronto com o transgressor (McCullough, 2000).

O perdão associa-se a uma forma positiva de ultrapassar conflitos e agressões (McCullough, 2001; McCullough, Root, Tabak & Witvliet, 2009). Barros (2004) refere que se torna mais fácil perdoar quando a transgressão é ligeira, efetuada por um familiar e quando existe um pedido de desculpa perante a vítima. Tal decisão baseia-se ainda na intenção do ato, ou seja, se não houver intuito de magoar torna-se mais simples o ato de perdoar. No entanto, pode haver alguma confusão entre perdão e reconciliação, pois ambos têm uma componente psicológica interpessoal e intrapessoal. Enquanto a reconciliação se baseia na aproximação entre duas pessoas, após uma separação; o perdão inicia-se individualmente, sendo um comportamento moral (Enright, 2008). Desta forma é possível perdoar sem que exista reconciliação, no entanto o inverso já não sucede (Enright, 2008). Monbourquette (2000) alerta para o facto de que perdoar o outro não é isentá-lo da sua responsabilidade moral.

* + 1. **Perdão Interpessoal e Intrapessoal**

O perdão pode ser perspetivado tendo por base duas dimensões: a interpessoal e a intrapessoal.

A dimensão interpessoal ocorre quando o transgressor e a vítima partilham uma relação ou ligação afetiva (Rusbult, Hannon, Stocker & Finkel, 2005). Neste contexto, a vítima e o transgressor possuem um vínculo ou um passado em comum, existindo associações positivas entre o perdão e a proximidade, o compromisso e a satisfação (Rusbult et al., 2005; McCullough, Rachal, Sandage, Worthington, Wade-Brown & Hight, 1998). Assim sendo, o ato de perdoar poderá promover uma ligação interpessoal harmoniosa (McCullough, 2000). Nesta perspetiva, Enright (2011) explica que o perdão interpessoal é uma atitude moral em que a pessoa passa de sentimentos negativos (eg. ressentimento, julgamentos) face a quem cometeu a transgressão, a sentimentos positivos (e.g. compaixão, amor). No entanto, o ato de perdoar pode ser dificultado quando o transgressor não se responsabiliza pelos atos cometidos ou quando o pedido de desculpas não é sentido pela vítima como verdadeiro (Thompson, Snyder, Hoffman, Michael, Rasmussen, Billings, Heinze, Neufeld, Shorey, Roberts & Roberts, 2005). Karremans e Van Lange (2004) salientam que apesar de o perdão restaurar a relação existente entre a vítima e o transgressor, este não aumenta os níveis motivacionais pro-relacionais.

O perdão intrapessoal centra-se na forma como a vítima avalia a decisão de perdoar, isto é, o individuo analisa as causas e consequências do ato de perdoar baseando-se nos aspetos emocionais (Rusbult et al., 2005). Thompson et al.(2005) salientam que ao reconhecer a ocorrência de uma transgressão, emergem processos emocionais, cognitivos e comportamentais, sendo fundamentais para a reinterpretação da transgressão, no sentido em que promovem respostas positivas ou neutras face ao ato, substituindo as respostas negativas. Para este processo é necessário o desenvolvimento de uma compreensão menos censurável e mais benevolente, acerca da situação. Neste sentido, o perdão surge como um processo de transformação no qual é crucial a existência da compreensão, confrontação, ressentimento e redução ou eliminação da raiva (Thompson et al., 2005; Enright, 2008).

* 1. **Comportamentos disciplinares**

Comportamentos disciplinares dizem respeito a métodos para a passagem de valores, estando, no entanto, intimamente relacionados com a hierarquia, poder e apoio emocional (Darling & Steinberg, 1993). Caracteriza-se ainda como sendo métodos para direcionar uma determinada conduta (Grusec & Lytton, 1988).

As práticas ou estratégias disciplinares são denominadas por respostas de gestão e restrição dos comportamentos, quando estes são desajustados da norma, que objetiva a adequabilidade dos mesmos, através da transmissão de condutas apropriadas (Kiff, Lengua & Zalewski, 2011). Desta forma, considera-se que as práticas parentais exercem um impacto direto no desenvolvimento infantil, contrariamente com o que acontece com os estilos emocionais em que a sua ação é de influência indireta (Caron et al., 2006).

Os comportamentos disciplinares são relevantes para o desenvolvimento moral da criança, uma vez que é a partir destes, que o aplicador estabelece uma ligação entre o comportamento e as consequências prejudicais do mesmo. Esta intervenção permite, não só controlar o comportamento, como sensibilizar a criança da importância de levar em consideração a presença e o bem-estar dos outros (Hoffman, 2000).

A necessidade da implementação da disciplina por parte de agentes educativos, surge à medida que a criança vai tomando contacto com as normas e regras impostas na sociedade (Hoffman, 1975).

Os comportamentos disciplinares podem ser agrupados em duas grandes dimensões comummente designadas como coercivos e indutivos. A diferença entre estas dimensões assenta no tipo de aplicação, isto é, podem ser de obediência imediata (coercivos) ou de interiorização das normas (indutivos), levando a uma eficácia de curto ou médio prazo (Hoffman,1975). As técnicas incluídas na dimensão coerciva são a sobrerreatividade e a retirada de afeto. Estas técnicas têm como intuito levar a criança a cumprir as exigências, evitando assim efeitos negativos advindos da sua conduta. São eficazes a curto prazo mas geram na criança níveis elevados de ansiedade. A nível emocional, esta prática induz o medo e a raiva na criança, podendo dificultar o processamento da mensagem, bem como a compreensão da situação (Hoffman, 1975; Sidman, 1989/1995). A utilização desta estratégia como forma de corrigir o comportamento parece inclusive fomentar condutas agressivas e gerar problemas de inclusão da criança no seu grupo de pares (Rubin & Mills, 1992; Hart, Ladd & Bureson, 1990). Por sua vez, a indução é uma técnica de comportamento disciplinar não coerciva. Neste sentido, a prioridade do aplicador assenta na identificação e na explicação das razões que levaram uma determinada conduta a ser considerada desadequada, estimulando a reflexão do ato cometido (Cruz, 2013).

De seguida, vamos apresentar quatro práticas disciplinares (laxismo, sobrerreatividade, retirada de suporte e indução) e defini-las quanto às suas características e eficácia.

O laxismo corresponde a níveis altos de afeto e níveis baixos de controlo. Por conseguinte, indivíduos que aplicam esta prática, assumem uma postura não-punitiva baseada na aceitação e na não imposição de limites. Aceitam os desejos e a conduta da criança, não demonstrando exigências de maturidade (Baumrind, 1991). Caracteriza-se, então, pelo conjunto de comportamentos afetivos que têm como objetivo suprir as necessidades da criança, pese embora o facto de não restringirem os comportamentos, levando a que a criança auto-regule as suas atividades (Baumrind, 1967).

Estudos revelam que as crianças submetidas a este tipo de estratégia disciplinar, tendem a apresentar baixos rendimentos escolares e comportamentos desviantes (Lamborn, Mounts, Steinberg & Dornbusch, 1991).

Relativamente à sobrerreatividade, esta pode envolver estratégias que acarretam um nível elevado de controlo e um nível baixo de afeto. Neste sentido e de um modo geral, os sujeitos caracterizam-se por serem rígidos, críticos e inflexíveis (Baumrind, 1991). Porém, a sobrerreatividade pode ser aplicada de forma explícita ou implícita. Neste sentido, a primeira diz respeito aos atos de punição física; privação de bens-materiais ou ainda a aplicação direta da força. Contudo, este método origina sentimentos de medo e de raiva, uma vez que é limitador da autonomia. Por este motivo a sua aplicação é percecionada pela criança como sendo desajustada. Desta forma, este comportamento disciplinar assenta numa conformidade, tendo por base o receio e não uma regulação normativa interna. No que se refere à forma implícita, esta distingue-se da anterior por contemplar a comunicação das razões que estão na natureza da resposta parental (e.g Vais ficar no teu quarto até perceberes que tens que arrumar os brinquedos)(Hoffman 2000). Segundo Hoffman (2000), este método pode ser benéfico desde que seja utilizado esporadicamente e com recurso a um raciocínio indutivo. Desta forma, a informação é passada inequivocamente, elucidando a criança da reprovação e das consequências da sua conduta.

Por sua vez, a retirada de suporte pode envolver práticas comportamentais por parte do cuidador que passem pela ameaça de abandono, isolamento, pelo ignorar a criança, bem como a recusa de interação (e.g. falar). Por norma, esta forma implica a passagem de uma mensagem direta de desaprovação do comportamento sem a demonstração de poder parental (e.g. Se não queres vir jantar, ficas ai sozinho). Neste sentido, e tendo por base os recursos utilizados, este método pode infligir na criança, sentimentos de rejeição, ansiedade e preocupação. Assumindo uma abordagem explicativa do porquê do comportamento ser incorreto, os sentimentos acima relatados, podem ser amenizados (Hoffman, 2000).

Por fim, a indução apela à comunicação tendo por base a explicação das razões que levaram o sujeito a praticar um determinado comportamento transgressivo. Salienta-se ainda, que este tipo de comportamento disciplinar, apela ao transgressor a preocupação com o bem-estar dos outros. Neste sentido, este constructo evidência não só o desagrado dos pais pelo ato cometido, como também destaca as consequências da sua ação nos outros. Deste modo, a indução pode ser responsável por desenvolver a capacidade empática e a responsabilização da criança (Hoffman, 2000). O fator idade pode influenciar a complexidade da indução, isto é, em idades mais precoces o cuidador pode aplicar uma indução que explane os efeitos diretos da ação. Contudo, e com o avançar da idade das crianças, urge a necessidade de introduzir as justificações com o objetivo da mesma não agir de forma inapropriada, levando em consideração a intenção da vítima (e.g. Não te zangues com a tua irmã, ela só está a tentar ajudar). A indução torna-se mais complexa com o avançar do desenvolvimento cognitivo, levando os cuidadores a introduzir justificações psicológicas mais complexas (Hoffman, 1983). Sujeitos que adotem esta prática estabelecem regras firmes sem descurar os desejos e as necessidades da criança. São responsivos e apelam à autonomia, tendo em atenção a maturidade (Baumrind, 1991).

Em conclusão, as práticas disciplinares que tendem a gerar na criança elevada ansiedade são as do tipo sobrerreativa e retirada de suporte. A utilização em excesso destas práticas pode interferir no processamento da mensagem. Isto é, a criança passa a focalizar-se em si mesma e a mensagem é direcionada para a memória episódica. Já em práticas disciplinares indutivas, a criança tende a focalizar a sua atenção na mensagem, armazenando-a na memória semântica, gerando assim um nível ótimo de ativação/aprendizagem (Kochanska, 1995). Contudo, existem resultados positivos na utilização simultânea de várias estratégias. Neste sentido, podemos salientar a mais-valia da sobrarreatividade e da retirada de suporte no que diz respeito ao fornecimento da motivação para o comportamento. Já a indução pode possibilitar e estimular a compreensão do ato, levando em consideração os aspetos morais associados (Hoffman, 2000).

Como referem Caron et al. (2006) os comportamentos disciplinares devem ser perspetivados em conjunto e não de forma individual. Existem aspetos positivos na aplicação de diferentes práticas disciplinares, considerando que o efeito de uma depende do efeito das outras.

A literatura evidencia ainda, que o sexo e a idade da criança influenciam as práticas disciplinares aplicadas pelo cuidador (Cruz, 2013). Constata-se que os cuidadores de crianças do género masculino aplicam estratégias coercivas, demonstrando assim maior reatividade (Pinderhughes, Dodge, Bates, Pettit & Zelli, 2000). Contudo, Biringen, Emde, Brown, Lowe, Meyers e Nelson (1999) salientam que é aplicado mais afeto positivo a crianças do sexo masculino do que a crianças do sexo feminino. Relativamente à idade, verifica-se que a utilização dos comportamentos disciplinares aumenta à medida que a idade da criança também vai aumentando (Cruz, 2013).

Estudos realizados no âmbito das transgressões e comportamentos disciplinares, indicam que as mães com tendências agressivas (maior afirmação de poder – físico ou verbal) classificam como mais graves as transgressões convencionais e pessoais quando comparadas com as mães não agressivas (maior uso de estratégias indutivas – explicação e raciocínio). No entanto, ambos os grupos classificaram as transgressões morais igualmente graves (Caselles & Milner, 2000).

Mash, Johnston e Kovitz (1983) salientam que os cuidadores com maiores tendências agressivas têm avaliações mais negativas e expectativas irrealistas dos comportamentos dos filhos, comparativamente aos pais menos agressivos (Chilamkurti & Milner, 1993).

Schellenbach, Monroe e Merluzzi (1991) sugerem que o stress aumenta a frequência de respostas disciplinares punitivas em mães com tendências agressivas, sendo que, segundo Cohen (1980) o mesmo compromete o processamento de informação.

No que concerne a situações em que a transgressão tem por base fatores externos/situacionais, isto é, quando o comportamento pode ser explicado pela situação envolvente (eg. porque o cão estava a morder num amigo), o educador tem tendência a dar menos *feedback* negativo (Irwin et al., 2014).

* 1. **Objetivo geral, hipóteses e pertinência do estudo**

A presente investigação tem como objetivo analisar o efeito da presença de lágrimas em expressões faciais de crianças, na estimativa de perdão e respostas disciplinares de adultos do sexo feminino, perante um cenário de transgressão moral cometida pela criança.

Trata-se de um estudo inovador, dada a escassez de investigação nesta temática, particularmente sobre os efeitos da lágrima no comportamento social, não tendo sido encontrado nenhum estudo que analise especificamente o seu efeito no perdão e em comportamentos disciplinares. A literatura tem ainda evidenciado que a lágrima desempenha importantes funções, sendo a comunicação social das emoções uma das mais relevantes. Neste sentido, é importante determinar as suas consequências no perdão e nos comportamentos disciplinares, numa situação concreta de transgressão moral.

A preferência na utilização de transgressões morais no presente estudo em detrimento das restantes, prende-se pelo facto desta apresentar consequências na integridade, bem-estar e nos direitos de outrem, como é o caso do roubo (Turiel, 1983, 1996). Neste sentido, a literatura indica que as transgressões morais têm maior gravidade do que as convencionais, quando avaliadas por crianças, adolescentes e adultos (Turiel, 1983/1996).

Com o intuito de compreender o efeito da lágrima na tendência para o perdão e comportamentos disciplinares, foi utilizada a emoção triste e neutra com e sem presença da lágrima. A escolha pela utilização das emoções triste e neutra deve-se ao facto de pretendermos analisar se a lágrima introduzida numa face triste, amplia o efeito do perdão e dos comportamentos disciplinares, quando comparadas com a emoção neutra. Esta ideia é suportada pela literatura, uma vez que existem evidências que faces tristes com a presença da lágrima apresentam efeitos mais evidentes no reconhecimento da tristeza, comparativamente com faces neutras com lágrima (e.g. Zeifman & Brown, 2011).

A preferência por uma amostra constituída unicamente por participantes adultos do sexo feminino, prende-se com o facto de a literatura mostrar que as mulheres reconhecem mais facilmente emoções como a tristeza, quando comparadas com os homens (Braconnier, 1996; Williams, Mathersul, Palmer, Gur, Gur & Gordon, 2009). Por outro lado, segundo Braconnier (1996), é com as mães que as crianças relatam que confessariam ter mais facilidade em demonstrar a tristeza e a cólera, do que com os pais. A escolha da amostra é ainda sustentada pelo facto de a figura materna ter tendência a assumir um papel mais ativo no que diz respeito às responsabilidades inerentes ao quotidiano da criança, estando mais presentes nas atividades que garantem o desenvolvimento da mesma (e.g. Craig, 2006; Yeung, Sandberg, Davis-Kean, & Hofferth, 2001). A escolha recai ainda sobre as mulheres uma vez que segundo Kuczynski, Kochanska Radke-Yarrow e Girnius-Brown (1987), são as mães quem recorrem mais frequentemente a métodos que contemplam práticas disciplinares que envolvem negociação, chamadas de atenção e explicações com maior frequência quando comparados com os pais.

Neste estudo, é esperado que perante um cenário de transgressão moral, que envolve o roubo de uma carteira por parte de uma criança, as participantes relatem maior predisposição para perdoar (H1) e menor sobrerreatividade e retirada de suporte (H2), bem como maiores práticas indutivas (H3), perante uma criança que expresse uma face com lágrima do que na sua ausência (efeitos principais da presença da lágrima nas diferentes variáveis dependentes), e que esses efeitos sejam ampliados perante uma face triste, quando comparados com faces neutras (efeitos de interação lágrima X emoção nas variáveis dependentes). As presentes hipóteses são suportadas pelo facto da lágrima emocional exercer impacto no comportamento do outro, podendo trazer significado emocional à expressão facial humana, exercendo influência no comportamento do observador (Walter, 2006; Gracaniam, 2015). Neste contexto, é através da lágrima que se expressam diversos estados internos, nomeadamente a tristeza (Provine, Krosnowski & Brocato, 2009). Neste sentido, a presença da lágrima num rosto triste poderá facilitar o processo de reconhecimento da emoção (como em Balsters et al., 2013). As hipóteses foram ainda colocadas devido às funções que são em geral atribuídas à lágrima emocional, i.e., obtenção de confiança social e necessidade de apego, que se podem traduzir numa maior coesão e união face ao outro (Hasson, 2009).

Partindo do pressuposto de que a lágrima apela no outro motivações e ações pró-sociais, e que o ato de perdoar tal como referido por McCullough, (2000), passa por conceder ao outro um conjunto de motivações da mesma natureza, julgamos existir maior predisposição para o perdão perante crianças que apresentem a lágrima no seu rosto (H1).

Justificam-se a segunda e a terceira hipótese (maiores práticas indutivas – H3 e menor sobrerreatividade e retirada de suporte – H2) com o fato de ser a partir dos dois/ três anos de idade que as regras e normas assumem um papel importante no desenvolvimento da criança; sendo nesta fase que os cuidadores aplicam comportamentos com baixo nível de coerção (Cruz, 2013).

1. **MÉTODO**

**2.1. Desenho experimental**

O desenho experimental do presente estudo foi composto por três fatores (variáveis independentes): 2 (lágrima: presente vs ausente) x 2 (sexo do alvo: masculino vs feminino) x 2 (emoção do alvo: triste vs neutra), sendo avaliadas as seguintes variáveis dependentes: perdão, comportamentos disciplinares, confiança e características da criança.

No quadro 2.2 apresenta-se os códigos das crianças e respetivas percentagens de acerto no reconhecimento das emoções expressas pelas crianças (tristeza e neutra) segundo o estudo original de LoBue e Thrasher (2015).

**2.2. Participantes**

A amostra de conveniência foi recolhida presencialmente em resposta a um questionário, sendo composta por 243 (100%) participantes do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 18 e os 40 anos (*M*=25.96; *DP*=6.87). A maioria das participantes é Portuguesa (*n* = 232; 95.5%), caucasiana (*n* = 224; 94.5%).

No que se refere à escolaridade, 124 participantes (51%) frequentam o ensino superior e 119 (49%) possuem escolaridade até ao ensino obrigatório. Entre as participantes que frequentam a universidade ou concluíram o ensino superior, a maioria (*n* = 119; 75.3%) é dos cursos na área das Ciências Sociais, categorizado de acordo com o manual de Frascati – FOS (2007). As profissões foram categorizadas de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (2010). Constata-se que 37 participantes (36.6%) são especialistas das atividades intelectuais e científicas, 29 (28.7%) são pessoal administrativo, 25 (24.8%) são trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores.

Quanto ao estado civil, a maioria é solteira, divorciada e/ou viúva (*n* = 187; 77%). Verifica-se ainda que a maioria das participantes (*n* = 167; 69%) vive com a família nuclear e outros familiares. A maioria tem irmãos (n = 189; 77.8%) mas não tem filhos (n = 193; 79.4%), embora já tivesse tomado conta de crianças (*n* = 180; 75%).

O quadro 2.1 apresenta informação detalhada das características sociodemográficas das participantes, quer no global quer em função da manipulação da presença ou ausência de lágrima.

Quadro 2.1. *Dados sociodemográficos gerais e em função da manipulação da lágrima* **2.3. Material e medidas**

*Expressões faciais do alvo e cenário de transgressão moral*

Para o presente estudo foram aplicadas 24 imagens diferentes, sendo utilizadas fotos de seis crianças (três do sexo masculino e três do sexo feminino) com idades compreendidas entre os cinco e os seis anos. A cada criança correspondiam duas fotos: uma de expressão neutra e outra de tristeza. Cada expressão tinha duas versões, uma com a presença da lágrima e outra em que a mesma estava ausente. Para tal, houve a necessidade de manipular as imagens das crianças com o auxílio do programa *Adobe Photoshop,* com o objetivo de adicionar duas lágrimas no rosto das crianças.

Quadro 2.2. *Informação sobre os estímulos retirados da base de dados “The child affective facial expression” (CAFÉ): Código atribuído, percentagem de acertos no reconhecimento das emoções tristeza e neutra, sexo e idade da criança de acordo com o estudo original (LoBue & Thrasher, 2015)*

|  |  |
| --- | --- |
|  | Sexo |
| Emoção |  | **Masculino** | **Feminino** |
| **Neutra** | IRT code 2470025 anos | IRT code2470106 anos | IRT code2370305 anos | IRT code 1570015 anos | IRT code1170125 anos | IRT code1370145 anos |
| 90% | 93% | 71% | 87% | 89% | 92% |
| **Triste** | IRT code2420015 anos | IRT code2420056 anos | IRT code2320075 anos | IRT code1520015 anos | IRT code1120105 anos | IRT code1320075 anos |
| 81% | 56% | 88% | 78% | 85% | 85% |

Nota. Não foram reveladas as imagens da base de dados de modo a preservar os direitos de autor.

De seguida foi apresentado um cenário de transgressão moral associado à imagem da criança. O cenário foi adaptado do estudo de Irwin et al. (2014) que contém a seguinte situação: “Uma criança retirou-lhe a sua carteira que continha dinheiro, sem que se apercebesse e sem lhe pedir autorização. Mais tarde, encontrou a sua carteira, mas sem o dinheiro no quarto da criança. Ao constatar que tinha encontrado a carteira, a criança olhou para si”.

*Perdão*

Para avaliar a predisposição para perdoar a transgressão cometida pela criança, foram construídos dois itens, em que um avaliou a estimativa de perdão imediato (logo após o evento) e o outro a estimativa de perdão após uma semana do evento. Ambos os itens foram avaliados numa escala que variou entre 1 (Jamais perdoaria) a 5 (Perdoaria de certeza). A correlação entre ambos os items é positiva e moderada (*r*=.59).

*Confiança na criança e gravidade da situação*

Foram elaboradas duas questões para estimar o nível de confiança que teriam na criança após a transgressão e o nível de gravidade da situação transcrita no cenário, sendo estas adaptadas do estudo de Caselles e Milner (2000). Ambas as questões foram respondidas numa escala que variou entre 1 (Jamais confiaria ou Nada grave) a 5 (Confiaria de certeza ou Extremamente grave).

*Perceção da atratividade da criança*

Para avaliar a perceção da atratividade da criança foi utilizada uma escala de -3 (fisicamente não atrativa) a 3 (fisicamente atrativa). Esta escala foi utilizada devido ao impacto da atratividade no reconhecimento de emoções e de agradabilidade face a rostos infantis. Neste sentido, o estudo de Limbrecht, Rukavina, Scheck, Walter, Hoffmann e Traue (2012) pretendeu analisar a relação existente entre a atratividade e o reconhecimento de emoções, através de 96 imagens de ambos os sexos que continham um rótulo emocional. Os resultados do estudo evidenciaram que de forma geral as emoções positivas foram classificadas como mais atrativas e as negativas como menos atrativas.

*Perceção da desonestidade da criança*

Para avaliar a perceção da desonestidade da criança foi utilizada uma escala de -3 (desonesta) a 3 (honesta), tendo em consideração o ato praticado pela criança.

*Perceção da familiaridade da criança*

Para avaliar a perceção da familiaridade da criança foi utilizada uma escala de -3 (não familiar) a 3 (familiar). Esta escala foi igualmente utilizada devido ao impacto da familiaridade no reconhecimento de emoções, tal como salientam Wild-Wall, Dimigen e Sommer (2008) que realizaram um estudo com o objetivo de mostrar a evidência da interação entre a familiaridade e o reconhecimento emocional. Desta forma, os autores apresentaram aos participantes imagens de rostos familiares e não familiares com emoções de felicidade, repugnância e neutralidade. Os participantes foram formados em grupos de 12 pessoas, no qual cada grupo correspondeu a uma condição (familiar ou não familiar). Os resultados salientaram que o efeito da familiaridade dependeu da expressão facial apresentada, e que as faces familiares facilitaram o reconhecimento e a discriminação da expressão facial, principalmente em rostos que transmitiram felicidade. Outra evidência foi que os rostos familiares de expressões de felicidade e neutralidade foram reconhecidas mais rapidamente do que as que exibiram desgosto. Neste sentido, a familiaridade e o reconhecimento emocional são processos que se encontram dependentes um do outro (Wild-Wall, Dimigen & Sommer, 2008).

Gobbini, Leibenluft, Santiago e Haxby (2004) salientam ainda que as faces familiares evocam nos participantes respostas emocionais mais fortes, comparativamente com os rostos desconhecidos ou de celebridades. Neste sentido, as expressões emocionais apresentadas em rostos familiares podem provocar ainda excitação afetiva (Wild-Wall, Dimigen & Sommer, 2008).

*Comportamentos*

Para estimar os comportamentos face à criança, foi utilizada uma escala adaptada do estudo de Scarnier, Schmader e Lickel (2009), que incluiu itens do *Parenting Styles and Dimensions* *Questionnaire* (Robinson, Mandleco, Olsen & Hart, 1995) e do *Parenting Scale* (Arnold et al., 1993). Os 29 itens selecionados permitiram avaliar a probabilidade de recorrer a comportamentos disciplinares de sobrerreatividade, retirada de suporte/envolvimento, laxismo e/ou indutivo. As participantes responderam a cada item usando uma escala que variou entre 1 (Muito improvável) e 5 (Extremamente provável). Sendo que se trata de uma seleção de itens de dois instrumentos e pelo facto de terem sido feitas adaptações no presente estudo, realizou-se uma análise de componentes principais, com rotação *Varimax* aos 29 itens. Os resultados evidenciaram a necessidade de eliminar sete itens devido à presença de valores de comunalidade reduzidos (i.e. inferiores a .45). A análise subsequente foi forçada a quatro fatores, tendo em consideração o estudo de Scarnier, Schmader e Lickel (2009). Como se pode verificar no quadro 2.3, foram extraídas quatro dimensões: retirada de suporte (α de Cronbach=.83); práticas indutivas (α de Cronbach=.79); laxismo (α de Cronbach=.68); e sobrerreatividade (α de Cronbach=.63).

Quadro 2.3. *Análise de componentes principais dos comportamentos disciplinares*

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Itens | **Retirada Suporte** | **Indutivo** | **Laxismo** | **Sobrerreatividade** |
|  Não consolaria a criança nem mostraria compreensão pelos seus sentimentos logo após o evento. Seria menos sensível aos sentimentos da criança logo após o evento. Procuraria não estar próximo/a da criança durante esse dia.  Mostraria pouca compreensão pelos seus sentimentos logo após o evento. Daria menos atenção à criança logo após o evento. Não elogiaria a criança nesse mesmo dia. Ficaria amuado/a ou ressentido/a com a criança. Explicaria os motivos porque deveria cumprir regras. Explicaria à criança as consequências do seu comportamento. Procuraria que a criança compreendesse o impacto do seu comportamento encorajando-a a falar sobre as consequências da sua ação. Pediria à criança para não voltar a ter aquele comportamento. Incentivaria a criança a falar sobre o assunto. Explicaria o modo como eu me sentia. Deixaria a criança fazer o que ela quisesse nesse mesmo dia. Ao vê-la naquele modo, cederia e deixava-a estar. Cederia facilmente ao ver a criança daquela forma. Não daria importância à situação. Diria à criança que não poderia fazer nada naquele dia, mas depois deixava-a fazer. Insultaria a criança, diria coisas más ou chamaria nomes. Levantaria a mão para bater na criança. Usaria uma linguagem ofensiva. As coisas poderiam escalar e talvez fosse capaz de fazer coisas sem intenção. | **.78****.76****.76****.70****.62****.60****.60**.00-.07-.03.12-.21-.04-.20.03-.14-.09.10.15.18.14.15 | -.02-.11-.02-.21-.03.09.11**.82****.77****.76****.69****.64****.62**-.08-.01-.08-.15-.03-.21.01-.16-.11 | -.06-.13.07-.03.18-.27-.25-.09-.16.00.01-.22-.04**.71****.71****.62****.62****.56**.20.00.03-.07 | .06.06.17.17.03.19.23-.23-.26-.15-.20.09.11.10-.02.13.01-.07**.78****.73****.71****.61** |
| % Variância explicadaAlfas de Cronbach | 16.31.83 | 15.02.79 | 11.00.68 | 10.95.63 |

*Verificação da manipulação*

Para verificar se a manipulação das variáveis foi eficaz, foi avaliada a intensidade das expressões tristeza e neutra na face do alvo, com formato de resposta que variou entre 1 (Nada) e 7 (Extremamente). Após a aplicação das questões relativas às variáveis dependentes, as participantes foram ainda inquiridas relativamente ao sexo e à idade da criança, bem como a alguns traços relevantes para o presente estudo, como a desonestidade, a atratividade e a familiaridade com a criança. Para a desonestidade a escala variou de -3 (Desonesta) a 3 (Honesta); para a atratividade de -3 (Fisicamente não atrativa) a 3 (Fisicamente atrativa); assim como para a familiaridade de -3 (Não familiar) a 3 (Familiar).

**2.4. Procedimento**

O questionário, impresso a cores, foi aplicado presencialmente a participantes voluntários em diversas instituições, nomeadamente em universidades, escolas de 1ºciclo, equipas desportivas e empresas.

Os participantes foram encaminhados para uma sala onde foram garantidas todas as condições no que se refere à ausência de estímulos distratores, quer a nível auditivo quer visual, por forma a reduzir variáveis parasitas. Neste sentido, foram utilizadas salas básicas, compostas por mesas e cadeiras. Por cada participante, foram distribuídas duas canetas, um termo de consentimento informado e um questionário. O consentimento informado comtemplou o objetivo geral do estudo, sem especificar a real finalidade da investigação (para salvaguardar a fiabilidade dos resultados); as condições do estudo e benefícios da participação; as questões de voluntariado, ou seja, deixar claro que o participante tem a possibilidade de negar a participação ou de se retirar do estudo a qualquer momento; e a confidencialidade, privacidade e anonimato.

A aplicação do questionário resultou de uma distribuição aleatória tendo sido aplicado de forma individual e em grupo, consoante a disponibilidade dos participantes.

Após esta etapa, foi aplicado o questionário com a duração de cerca de 20 a 30 minutos. No final do preenchimento do mesmo, os participantes foram informados sobre o real objetivo do estudo tendo sido questionados acerca da manipulação da lágrima, por forma a ter um feedback sobre a mesma. Foi ainda agradecida a colaboração e cedido o contacto de email para eventuais esclarecimentos de dúvidas acerca do estudo.

A recolha teve início em Janeiro terminando a meados de Abril de 2016.

1. **Resultados**

Foram efetuadas análises estatísticas para a verificação da manipulação (sexo, emoção – triste e neutra, e idade) e análise do impacto da lágrima, do tipo de emoção e do sexo do alvo no perdão (no imediato e decorrida uma semana) e confiança na criança; gravidade da situação; perceção dos traços da criança (atratividade, desonestidade e familiaridade); e comportamentos disciplinares (sobrerreatividade, retirada de suporte, indutivo, e laxismo).

***Verificação da manipulação e perceção dos atributos do alvo***

No final do questionário, a maioria das participantes referiu corretamente o género da criança apresentado na imagem (96.7%), $ X^{2}$(1)=212.05, *p*<0.001. Apesar de 3.3% das participantes não se recordarem do género da criança, optou-se por não as retirar do estudo, uma vez que a distribuição das respostas foi homogénea entre as condições, e, portanto, a sua manutenção não afetará os resultados.

Para verificar se os níveis de tristeza e de expressão neutra foram adequadamente identificados e analisar se a presença da lágrima e do sexo da criança interferiram nessa avaliação, foram realizadas duas análises de variância univariadas (ANOVAs) com o plano 2 (emoção) X 2 (lágrima) X 2 (sexo da criança) separadamente para as emoções tristeza e neutra.

Como esperado, na avaliação da intensidade da tristeza, verificou-se um efeito principal da emoção da face, *F*(1, 231)=4.12, *p*=0.044, *ηp2*=0.018, evidenciando que a intensidade da tristeza foi percecionada como superior na condição de expressão triste (*M*=5.05) por comparação com a expressão neutra (*M*=4.63). Houve ainda um efeito principal significativo da lágrima, *F*(1, 231)=29.25, *p*<0.001, *ηp2*=0.112: a intensidade da tristeza foi avaliada como superior pelas participantes na condição “presença da lágrima” (*M*=5.41) por comparação com a condição em que a lágrima não esteve presente (*M*=4.28). Resultados semelhantes e ao encontro do esperado foram registados na avaliação da neutralidade da emoção. Houve, assim, efeitos significativos principais da emoção, *F*(1,233)=14.13, *p*<0.001, *ηp2*=0.057, e da lágrima, *F*(1,233)=18.93, *p*<0.001, *ηp2*=0.075, evidenciando que os participantes na condição de expressão neutra reportaram maior intensidade de expressão “neutra” (*M*=2.57) do que na condição triste (*M*=1.84); e superior na ausência de lágrima (*M*=2.63) do que na sua presença (*M*=1.78).

Quanto à perceção da idade da criança, embora as participantes não tenham recebido informação sobre a idade da mesma, pareceu-nos relevante perceber se efetivamente a idade percebida pelas participantes foi adequada à idade das crianças apresentadas na imagem. Verificou-se alguma variabilidade nas respostas das participantes, tendo a perceção da idade do alvo variado entre os três e os 12 anos (*M* = 6.78; *DP* = 1.74), embora a maioria das participantes atribuísse idades entre os cinco e os oito anos (76.5%). A ANOVA 2 X 2 X 2 permitiu ainda verificar dois efeitos principais: lágrima, *F*(1,235)=4.77, *p*=0.030, *ηp2*=0.020, e sexo do alvo, *F*(1,235)=7.81, *p*=0.006, *ηp2*=0.032. As fotografias de crianças com lágrima foram avaliadas como tendo mais idade (*M*=7.03) do que na sua ausência (*M*=6.55); e os rapazes foram avaliados como tendo mais idade (*M*=7.10) do que as raparigas (*M*=6.48). Não houve efeitos da emoção, nem interação entre as variáveis independentes.

Pelo facto de terem sido apresentadas fotografias de expressões faciais de crianças, considerou-se igualmente relevante analisar a perceção das participantes relativamente a alguns traços da criança, em particular a desonestidade, a atratividade e a familiaridade. A desonestidade foi avaliada atendendo ao comportamento praticado pela criança, e a atratividade e a familiaridade por serem dois atributos que, em geral, podem afetar o reconhecimento de emoções e agradabilidade perante as faces das crianças e potencialmente interferir nas respostas das participantes; tal como salientam Limbrecht et al. (2012) no seu estudo, ao referir que as emoções negativas foram avaliadas como menos atrativas em comparação com as emoções positivas. Por outro lado, é possível que a lágrima e o tipo de emoção também possam afetar a desonestidade e a atratividade da criança. Os resultados foram analisados através de ANOVAs com o mesmo plano fatorial.

Relativamente à desonestidade foi encontrado um efeito principal do sexo do alvo, *F*(1,228)=7.27, *p*=0.008, *ηp2*=0.031, sendo o sexo feminino percebido como mais desonesto (M= -.63) do que o masculino (*M*= -.11). Verificou-se ainda um efeito de interação entre a lágrima e a emoção, *F*(1,228)=3.98, *p*=0.047, *ηp2*=0.017. Análises dos efeitos simples permitiram constatar que apenas na condição lágrima ocorreu diferenças em função da emoção, *F*(1,228)=4.04, *p*=0.046, *ηp2*=0.017: a perceção de desonestidade da criança foi superior em faces tristes com lágrima (*M*= -.64) do que em faces neutras com lágrima (*M*= -.09)

Já no que concerne à familiaridade do alvo, não se verificaram efeitos significativos das variáveis independentes, *p*s > .05. Na atratividade, registou-se um efeito principal da emoção, *F*(1,229)=7.43, *p*=0.007, *ηp2*=0.031; sendo que as faces neutras foram percebidas como mais atrativas (*M*=0.87) do que as tristes (*M*=0.38).

***Perdão***

Para analisar o impacto das variáveis independentes (lágrima, emoção e sexo) na estimativa de perdão imediato e no perdão após uma semana do evento, foram realizadas duas ANOVAs (ver resultados no Quadro 3.1).

No perdão imediato, os resultados revelaram um efeito triplo, ou seja, de interação entre lágrima, emoção e sexo do alvo, *F*(1,235)=11.54, *p*=0.001, *ηp2*=0.047. Análises dos efeitos simples, contrastando a presença da ausência da lágrima em função da emoção e do sexo, permitiram verificar que ocorreram diferenças entre estas condições apenas em faces femininas, sendo os resultados distintos para as condições de expressão de tristeza e neutra. Assim, verificou-se na condição de expressão neutra que as participantes estimaram perdoar mais as meninas sem lágrima (*M*=3.73) do que com lágrima (*M*=2.90), *F*(1,235)=9.70, *p*=0.002, *ηp2*=0.040; enquanto na condição de expressão triste, estimaram perdoar mais as meninas com lágrima (*M*=3.67) do que sem lágrima (*M*=3.13), *F*(1,235)=4.19, *p*=0.042, *ηp2*=0.018.

Por contraste, na estimativa de perdão após uma semana do evento, não se verificaram efeitos significativos das variáveis independentes, *p*s>0.05.

***Estimativa de Confiança na Criança no futuro***

Os resultados da estimativa de voltar a confiar na criança foram analisados através de uma ANOVA com o mesmo plano fatorial, tendo ocorrido um efeito de interação entre a lágrima e o sexo, *F*(1,235)=7.19, *p*=0.008, *ηp2*=0.030, mas também de interação triplo significativo entre a lágrima, a emoção e sexo do alvo, *F*(1,235)=7.00, *p*=0.009, *ηp2*=0.029. Deste modo, iremos interpretar apenas o efeito triplo, atendendo a que análises dos efeitos simples, contrastando as condições lágrima, permitiram verificar que apenas ocorreram diferenças na condição neutra, com efeitos distintos para o sexo do alvo feminino, *F*(1,235)=9.73, *p*=0.002, *ηp2*=0.040, e masculino, *F*(1,235)=4.84, *p*=0.029, *ηp2*=0.020. Verificou-se, assim, que as participantes expressaram maior confiança nos rapazes que apresentaram a lágrima no seu rosto neutro (*M*=3.59) do que na sua ausência (*M*=3.07); e perante faces femininas ocorreu o contrário, ou seja, a probabilidade estimada pelas participantes de confiar na criança foi superior em crianças que apresentaram faces neutras sem lágrimas (*M*=3.73) do que na sua presença (*M*=3.00).

***Gravidade da situação***

Para esta variável dependente foram efetuados os mesmos procedimentos estatísticos que nas variáveis anteriores. Contudo, não houve efeitos estatisticamente significativos face às variáveis manipuladas (sexo, emoção e lágrima), *p*s>0.05.

***Comportamentos disciplinares***

Através de análises de variâncias univariadas (ANOVA’s) foram testados, à semelhança dos resultados anteriores, efeitos das variáveis independentes nos comportamentos disciplinares, nomeadamente, na sobrerreatividade, na retirada de suporte, no laxismo e nas práticas indutivas.

Na sobrerreatividade, encontrou-se um efeito de interação entre a lágrima e a emoção, *F*(1,235)=4.08, *p*=0.044, *ηp2*=0.017. Análises dos efeitos simples permitiram verificar que apenas ocorreram diferenças no recurso a práticas de sobrerreatividade nas faces neutras em relação à presença ou ausência de lágrima, tendo apresentado maior sobrerreatividade na presença da lágrima (*M*=1.39) do que na sua ausência (*M*=1.20), *F*(1,235)=4.53, *p*=0.034, *ηp2*=0.019. Nas faces tristes, as respostas não se mostraram dependentes da presença ou ausência de lágrima.

 Na retirada de suporte ocorreram igualmente efeitos de interação entre a lágrima e a emoção, *F*(1,235)=4.60, *p*=0.033, *ηp2*=0.019. De novo, verificou-se que houve diferenças nas respostas das participantes em relação à presença ou ausência de lágrima apenas nas faces neutras, evidenciando maior retirada de suporte na presença da lágrima (*M*=2.56) do que na sua ausência (*M*=2.25), *F*(1,235)=4.01, *p*=0.046, *ηp2*=0.017. Nas faces tristes, as respostas não dependeram da presença ou ausência de lágrima.

No laxismo, verificou-se um efeito principal do sexo do alvo, *F*(1,235)=4.73, *p*=0.031, *ηp2*=0.020, tendo sido a média superior perante os rapazes (*M*=2.01), do que perante as raparigas (*M*=1.82). Porém, ocorreu ainda um efeito triplo de interação entre o sexo do alvo, a lágrima e a emoção, *F*(1,235)=6.35, *p*=0.012, *ηp2*=0.026. Este efeito manifestou-se no sexo masculino na presença da lágrima, *F*(1,235)=4.78, *p*=0.030, *ηp2*=0.020, ao que se verificou uma média superior de laxismo perante faces neutras (*M*=2.26) do que tristes (*M*=1.86).

Nos comportamentos indutivos, verificou-se igualmente um efeito triplo, *F*(1,235)=4.50, *p*=0.035, *ηp2*=0.019; no entanto, este efeito foi emergente em faces femininas com rostos tristes, *F*(1,235)=5.35, *p*=0.022, *ηp2*=0.022, ao que se constatou que na ausência da lágrima o valor é superior (*M*=4.77) relativamente à sua presença (*M*=4.49).

Quadro 3.1. *Perdão, confiança, gravidade da situação, perceção dos traços da criança, e comportamentos disciplinares em função da lágrima, da emoção e do sexo do alvo*

**

Nota. \*p<.05; \*\*p<.01. N varia entre 29 e 32

1. **DISCUSSÃO E CONCLUSÃO**

O presente estudo teve como objetivo analisar o impacto da lágrima emocional e da emoção na estimativa de perdão e de respostas disciplinares, junto de adultos do sexo feminino, face a uma transgressão moral cometida por uma criança do sexo masculino ou feminino. Foi ainda analisada a estimativa de confiança na criança no futuro, a gravidade da situação e a perceção de desonestidade, atratividade e familiaridade com a criança. Para o efeito o cenário que continha informação sobre a transgressão cometida por uma criança incluía uma imagem de uma criança, no qual foi manipulada a emoção (triste ou neutra), a lágrima (presente ou ausente) e o género (feminino ou masculino).

Verificámos, tal como esperado, que na manipulação da tristeza, a avaliação da intensidade da emoção foi superior na condição de face triste do que condição de face com expressão neutra. Relativamente à manipulação da emoção neutra, constatou-se que a avaliação da intensidade “neutra” foi superior na expressão neutra do que na expressão triste.

No que se refere à manipulação da lágrima, encontrou-se um efeito principal da mesma, em ambas as emoções, isto é, a perceção de tristeza foi superior na presença da lágrima do que na sua ausência; e a perceção de neutralidade foi superior na condição em que a lágrima se encontrava ausente no rosto da criança. No estudo de Provine, Krosnowski e Brocato (2009), as faces foram consideradas mais tristes quando a lágrima se encontrava presente na face do alvo, o que vai ao encontro dos nossos resultados. Considera-se, assim, que houve sucesso na manipulação.

Foi ainda estudado o efeito da lágrima na idade do alvo. Segundo os resultados, as participantes consideraram que as faces com a presença da lágrima tinham mais idade do que na sua ausência.

Por outro lado, o impacto da lágrima nas variáveis em estudo (perdão, comportamentos disciplinares, confiança e desonestidade) mostrou-se dependente da emoção e do sexo do alvo.

Relativamente à estimativa de perdão, verificou-se efeitos distintos em função de a estimativa ser imediata ou decorrida uma semana após o evento. Em ambos os casos, era esperado que a predisposição para perdoar a criança fosse superior perante faces com a presença da lágrima, sendo este efeito ampliado perante faces tristes (H1). Porém, os resultados evidenciaram, por um lado, que perante crianças do sexo feminino com expressão neutra havia maior tendência a perdoar se a lágrima estivesse ausente no rosto do que quando se encontrava presente; por outro lado, na condição triste do sexo feminino existiu maior tendência para o perdão nas faces com lágrima do que na sua ausência. Estes resultados confirmaram parcialmente a nossa hipótese, uma vez que o efeito da lágrima e da emoção não ocorreram de forma isolada, ou seja, encontrou-se dependente do sexo do alvo. Por contraste com a estimativa de perdão imediato, não foram encontrados efeitos estatisticamente significativos no perdão após uma semana do evento. É importante referir a escassez da literatura no que se refere à forma como as pessoas percecionam, processam e interpretam os sinais faciais, nomeadamente no que concerne à lágrima e à sua função, quando transmitida em diferentes condições (e.g. emoções e sexo) pelos rostos infantis. Segundo Walter (2006), um rosto com lágrimas tende a sinalizar intenções honestas e de confiança e a exercer influência e mudança nos comportamentos e estado emocional dos observadores (Tamietto & De Gelder, 2010), o que pode explicar os resultados aqui constatados. Por outro lado, o valor atribuído às lágrimas pode variar consoante a idade do alvo, sendo que há maior tendência para respostas pró-sociais face a adultos do que a crianças (Zeifman & Brown, 2011). Contudo, a lágrima tende a estimular a compreensão empática (sympathy) em adultos e crianças (Zeifman & Brown, 2011). As respostas evocadas perante a lágrima podem ainda depender das características do observador (processos percetuais e cognitivos) e do contexto em que a lágrima se manifesta (Balsters et al., 2013; Gracaniam, 2015). Hasson (1997) e Zahivi (1982) consideram que a lágrima sinaliza intenções pacíficas, sendo sinalizadora de submissão e tende a desencadear atenção e empatia nos observadores. Walter (2006) salienta ainda que, na primeira infância, as lágrimas são utilizadas muitas vezes para fins de manipulação e chamada de atenção, o que é consistente com o facto de não valorizarem tanto como nos adultos. Yin (1978) mostra-nos que os adultos ao analisarem uma face focalizam a sua atenção no conjunto de características faciais, ao invés de particularizarem uma determinada característica do rosto. Os resultados da tendência para o perdão imediato mostraram-se ainda consistentes com os resultados da verificação da manipulação da emoção em função da presença ou ausência da lágrima; isto é, as participantes relataram reconhecer e ter maior propensão a perdoar mais as faces tristes com lágrima bem como as neutras sem lágrima, apesar de no perdão essa tendência surgir apenas no sexo feminino. Neste sentido, perdoam mais as faces onde houve um maior reconhecimento da emoção. Em suma, a literatura evidencia que os resultados obtidos podem depender de fatores intrínsecos ao observador e ao observado, variando em função da emoção e da presença ou ausência da lágrima na face do alvo, podendo ainda ter como fatores explicativos o valor atribuído à lágrima, e as funções da mesma, como por exemplo, o facto da lágrima no rosto de uma criança poder ter a função de manipulação. Foi ainda evidente a discrepância entre os resultados do perdão imediato e do perdão após uma semana do evento, o que pode dever-se ao facto de com o passar do tempo haver mais compreensão ou relativização da transgressão cometida, uma vez que Enright (2008) evidencia que após um ato transgressivo há um reconhecimento da injustiça cometida e do direito que temos ao respeito do outro. O perdão consiste ainda em abdicar da raiva e do ressentimento, assim como leva a uma aceitação das limitações do transgressor e ao evitamento de comportamentos de vingança, o que reduz as emoções negativas (e.g. McCullough, Fincham & Tsang, 2003). Assim sendo, os processos inerentes ao perdão requerem tempo para serem aplicados, o que pode justificar o facto de não ter havido diferenças significativas no perdão após uma semana do evento.

No que concerne aos comportamentos disciplinares, foram avaliadas as tendências a responder ao ato transgressivo com práticas de sobrerreatividade, retirada de suporte afetivo, laxismo e indutivas. Esperava-se que a estimativa com recurso a estratégias de sobrerreatividade e de retirada de suporte afetivo perante faces tristes na presença de lágrima diminuísse (H2), e que a predisposição para práticas indutivas aumentasse (H3). Contudo, constatou-se que a estimativa para as práticas de sobrerreatividade e para a retirada de suporte afetivo foram mais assinaladas nas faces neutras com lágrima do que na ausência. O recurso a comportamentos de laxismo foi mencionado mais nas condições em que a transgressão moral foi cometida por crianças do sexo masculino do que feminino. Ainda assim esta tendência manifestou-se mais perante faces masculinas neutras com lágrima do que tristes. Quanto ao recurso a respostas indutivas, constatou-se que estas foram mais relatadas perante faces tristes do sexo feminino na ausência da lágrima do que na sua presença. Neste sentido, os resultados não foram ao encontro das nossas hipóteses. Na análise da sobrerreatividade e da retirada de afeto, a maior tendência a aplicar estas estratégias em faces neutras com lágrima podem ser justificadas pelo facto de se considerar que na primeira infância a lágrima pode ser utilizada como forma de manipulação para atingir um objetivo pessoal (Walter, 2006). Por outro lado, Zeifman e Brown (2011) mostraram, no seu estudo, que o valor atribuído à lágrima encontra-se positivamente associado à idade, uma vez que o aumento da idade se mostra associado a um maior impacto da lágrima nos julgamentos de sinceridade. No que concerne aos resultados emergentes para a predisposição a práticas de laxismo, o facto de termos verificado maior propensão para as aplicar quando a criança é do sexo masculino do que feminino é consistente com o estudo de Biringen, Emde, Brown, Lowe, Meyers e Nelson (1999) ao evidenciar que em geral, as mães tendem a manifestar mais afeto positivo a crianças do género masculino do que feminino. Ainda sobre as diferenças de género, Block (1983) considera que o sexo feminino é mais orientado para o cumprimento de regras (obediência), para o afeto, para comportamentos pró-sociais, como é o caso da solidariedade e altruísmo, assim como para a compreensão empática, o que pode explicar o facto de se terem encontrado diferenças significativas na estimativa de recorrer a estratégias indutivas a crianças do sexo feminino no presente estudo.

Numa análise exploratória, por forma a tentar identificar se algumas variáveis poderiam explicar os resultados obtidos nas variáveis principais (perdão e comportamentos disciplinares), analisámos os efeitos das manipulações na perceção de gravidade da situação, estimativa de confiança na criança no futuro, perceção dos seus traços de desonestidade, atratividade e familiaridade. Como esperado, não foram encontrados efeitos estatisticamente significativos na avaliação da gravidade da situação. Contudo, na estimativa de confiança na criança no futuro, as participantes relataram depositar maior confiança quando estiveram na presença de faces com lágrima do que na sua ausência, mas apenas quando a criança-alvo era do sexo masculino e tinha uma expressão neutra. Já na condição neutra do sexo feminino, verificou-se maior confiança perante faces sem lágrima. Este efeito da lágrima encontrou-se ainda presente independente da emoção; ou seja, houve maior confiança em crianças do sexo feminino sem a presença da lágrima no seu rosto. Relativamente à perceção do traço de desonestidade, verificou-se que as faces tristes com a presença da lágrima foram percebidas como mais desonestas do que as expressões neutras com lágrima. No que concerne ao sexo do alvo, as faces do sexo feminino foram consideradas mais desonestas do que as do sexo masculino. No estudo de Zeifman e Brown (2011), as faces femininas provocaram mais raiva nos inquiridos, do que as faces masculinas, o que pode justificar o facto de se terem considerado mais desonestos os rostos femininos. Contudo, não foram encontradas diferenças significativas relativas à familiaridade com o alvo. Neste sentido, o facto de as participantes terem relatado maior confiança perante crianças com expressões neutras do sexo feminino sem a presença da lágrima, pode justificar a maior predisposição para o perdão perante faces com as mesmas características. Por outro lado, a confiança relatada perante o sexo feminino com a ausência da lágrima, poderá explicar o facto de as participantes terem apresentado maior predisposição a utilizar mais práticas disciplinares de cariz indutivo em crianças do género feminino sem a presença da lágrima, pese embora o facto de a predisposição às práticas indutivas terem ocorrido em faces tristes. Quanto aos resultados constatados na atratividade do alvo, verificou-se que as faces tristes foram consideradas menos atrativas do que as neutras; estando assim de acordo com o estudo de Limbrecht et al. (2012) que demonstrou que as emoções negativas foram avaliadas como menos atrativas do que as positivas. Já no que se refere ao traço de familiaridade não foram encontradas diferenças significativas.

O perdão atribuído às faces neutras do sexo feminino sem a presença da lágrima é congruente com a menor tendência para a utilização de práticas de sobrerreatividade e de retirada de suporte, sendo que ambas as práticas foram menos aplicadas face a rostos de emoção neutra com a ausência da lágrima. Ou seja, o facto de ter havido maior predisposição ao perdão perante tais características, parece ter originado menor predisposição para comportamentos de sobrerreatividade e de retirada de afeto. Já no que concerne às tendências a práticas comportamentais indutivas, verificou-se que o facto de se ter constatado menor propensão para o perdão face a rostos do sexo feminino de emoção triste sem a presença da lágrima, pode ter levado a uma maior orientação para práticas indutivas, sendo que os efeitos encontrados foram idênticos, isto é, ocorreram em crianças do sexo feminino, tristes, sem lágrima.

No que concerne às estimativas de práticas coercivas (sobrerreatividade e retirada de suporte afetivo), ambas apresentaram os mesmos resultados, ou seja, houve maior tendência a serem aplicadas a crianças de emoção neutra com a presença da lágrima.

Pese embora o facto de o presente estudo ter obtido resultados relevantes no que concerne ao impacto da lágrima e das emoções em contexto de uma transgressão moral, é importante mencionar algumas das suas limitações, designadamente em termos das limitações inerentes à metodologia utilizada.

Em primeira análise, é de referir que as respostas obtidas através de questionário podem ter sido alvo de desejabilidade social. Isto é, pode ter havido tendência a responder de acordo com o que é mais aceitável em termos sociais, o que pode ter implicações nos resultados obtidos. Outro fator é a dimensão do questionário, que demorou uma média de vinte minutos a ser respondido, o que pode ter causado algum desgaste no rendimento e na predisposição para a resposta aos items apresentados no questionário. O fato de a amostra ser composta apenas por participantes do sexo feminino constitui outra limitação. Em estudos futuros será interessante incluir indivíduos do sexo masculino pela sua maior participação ativa no quotidiano de crianças. Outra limitação prende-se com a forma como a lágrima foi apresentada aos inquiridos. Sendo a fotografia uma imagem estática, pode não ser possível obter o realismo necessário e que em geral está presente num vídeo com uma criança a derramar lágrimas. Fica assim em aberto para futuras investigações a aplicação desta metodologia com recurso a vídeo e com uma amostra com ambos os sexos. Outra evidência que pode ter tido implicações nas respostas encontradas, refere-se à falta de controlo no tempo de visualização da imagem do alvo. Neste sentido, tal como evidenciam Balsters et al. (2013) no seu estudo, tempos diferentes de exposição ao estímulo podem aumentar a dimensão dos efeitos.

Algumas das limitações levantam também questões: Será que os resultados obtidos podem depender de crenças pessoais e estilos educativos dos participantes? E será que os resultados obtidos dependeriam ainda de diferentes modos de manipulação do contexto ou das características dos estímulos? Por exemplo, sendo as respostas baseadas nas características expressas na imagem, será que se a lágrima estivesse localizada noutro ponto do olho, por exemplo, no canto superior esquerdo, os efeitos observados seriam semelhantes? Estas questões podem servir de base para contribuições de estudos futuros. Balsters et al. (2013), por exemplo, evidenciam que o impacto e as respostas produzidas pela lágrima podem depender do participante e do contexto a que está associado. Desta forma, seria ainda pertinente analisar o impacto da lágrima perante outros contextos de transgressão moral (e.g. agressão física) e associada a participantes de outra faixa etária.

O presente estudo revela-se ainda uma mais-valia na área, uma vez que é escassa a literatura neste contexto. Nesta perspetiva, esta investigação contribuiu para a compreensão do impacto da lágrima e da emoção de tristeza, bem como das suas funções, nas estimativas de perdão e de comportamentos disciplinares, a serem aplicados a crianças que cometeram uma transgressão moral, baseada no roubo de uma carteira. Desta forma, este estudo mostrou-se relevante para trazer significado à lágrima e emoção no contexto de transgressão.